

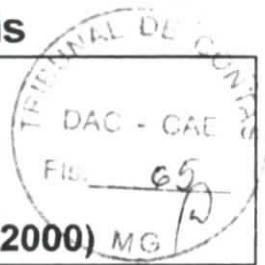
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

ANEXO I

Demonstrativo dos Gastos com Pessoal

Incluída a Remuneração dos Agentes Políticos

(Face ao Disposto pela Lei Complementar nº101, de 04/05/2000)



Exercício : 2002

Município : GUANHÃES

04/06/2003 - 11:57:28

Órgão : Serviço Autonomo de Água e Esgoto

I) DESPESA

I-1) DESPESA - ENTIDADE

3.1.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

| | | |
|--------------|---|------------|
| 3.1.90.11.00 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 391.107,39 |
| 3.1.90.13.00 | Obrigações Patronais | 84.717,04 |

SUB-TOTAL

| | |
|---|-------------------|
| (-) Inativos com Fonte de Custeio Própria | 0,00 |
| (-) Sentenças Judiciais Anteriores | 0,00 |
| (-) Aposentadorias e Reformas | 0,00 |
| (-) Pensões | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL | 475.824,43 |

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Anexo XVIII (Artigo 72 - LC. 101/00)

Demonstrativo das Despesas de Serviços de Terceiros em Relação à Receita Corrente Líquida



Exercício : 2002

Município : GUANHÃES

31/10/2007 - 11:13:02

Órgão : EXECUTIVO MUNICIPAL

| ESPECIFICAÇÃO | EXERCÍCIO DE 1999 | EXERCÍCIO ATUAL |
|--|-------------------|-----------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A) | 5.871.789,65 | 11.659.350,92 |
| DESPESAS | | |
| PODER EXECUTIVO | | |
| Serviços de Terceiros (B) | 1.278.462,87 | 2.469.053,43 |
| PODER LEGISLATIVO | | |
| Serviços de Terceiros (C) | 27.279,70 | 45.441,75 |
| TOTAL (D = B + C) | 1.305.742,57 | 2.514.495,18 |
| COMPROMETIMENTO DOS SERVIÇOS DE TERCEIROS NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (%) | | |
| PODER EXECUTIVO (B / A) | 21,77 | 21,18 |
| PODER LEGISLATIVO (C / A) | 0,46 | 0,39 |

- G
P
- Gastos Com Serviços de Terceiros
 - Recursos de Convênios
 - Remuneração dos Agentes Políticos
 - Publicação de Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal
 - Licitações e Contratos
 - Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias
 - Cumprimento do Plano Plurianual
 - Repasse Para a Câmara Municipal
 - Inscrição de Restos a Pagar
 - Alienação de Ativos
 - Operações de Crédito
 - Regime Previdenciário
 - Controles Diversos

1 – Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

1.1 – Balanço Orçamentário

A execução do orçamento do Município de GUANHÃES para o exercício de 2002, a qual foi aprovada pela lei nº 1959/2001, obedeceu o seguinte:

RECEITA

| Discriminação | Previsão | Execução |
|-------------------------------|----------------------|----------------------|
| Receitas Correntes | 12.454.700,00 | 11.659.350,92 |
| Receitas de Capital | 2.207.300,00 | 50.000,00 |
| Conta Retificadora da Receita | 0,00 | -934.361,21 |
| Total da Receita | 14.662.000,00 | 10.774.989,71 |
| Déficit Orçamentário | 0,00 | 0,00 |
| Total Geral | 14.662.000,00 | 10.774.989,71 |

DESPESA



| Discriminação | Previsão | Execução |
|-------------------------|----------------------|----------------------|
| Despesas Correntes | 11.458.200,00 | 9.804.013,64 |
| Despesas de Capital | 3.063.800,00 | 869.047,89 |
| Reserva de Contingência | 140.000,00 | 0,00 |
| Total da Despesa | 14.662.000,00 | 10.673.061,53 |
| Déficit Orçamentário | 0,00 | 101.928,18 |
| Total Geral | 14.662.000,00 | 10.774.989,71 |

Na lei de orçamento anual, foi autorizado a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 80%, sendo que na execução orçamentária foram suplementadas dotações no valor de R\$ 6.183.247,15, perfazendo o percentual de 42,17%, estando dentro do limite autorizado pelo Poder Legislativo.

1.2 – Balanço Financeiro

A execução financeira do Município para o exercício de 2002, obedeceu o seguinte:

| Receita | Valor | Despesa | Valor |
|----------------------------|----------------------|-----------------------------|----------------------|
| Receita Orçamentária | 10.774.989,71 | Despesa Orçamentária | 10.673.061,53 |
| Receita Extra-orçamentária | 2.371.440,13 | Despesa Extra-orçamentária | 2.450.281,84 |
| Saldo Exercício Anterior | 345.781,82 | Saldo P/ Exercício Seguinte | 368.868,29 |
| Total | 13.492.211,66 | Total | 13.492.211,66 |

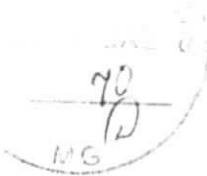
Os balancetes mensais conferem com o Balanço Financeiro, inclusive os Restos a Pagar foram considerados na Receita Extra-orçamentária e na Despesa Orçamentária.

1.3 – Balanço Patrimonial

A seguir é demonstrado a posição patrimonial do Município em 31.12.2002.

TÍTULOS DO ATIVO

| Títulos do Ativo | Em 2001 | Em 2002 |
|---------------------------|----------------------|----------------------|
| Ativo Financeiro | 345.781,82 | 368.868,29 |
| Ativo Realizável | 64.971,74 | 34.080,43 |
| Ativo Permanente | 6.275.729,15 | 6.507.905,94 |
| Créditos Diversos | 2.986.451,59 | 2.874.399,04 |
| Patrimônio de Autarquias | 1.531.884,88 | 1.531.884,88 |
| Passivo Real a Descoberto | 0,00 | 0,00 |
| Total do Ativo | 11.204.819,18 | 11.317.138,58 |



TÍTULOS DO PASSIVO

| Títulos do Passivo | Em 2001 | Em 2002 |
|-------------------------|----------------------|----------------------|
| Restos a Pagar | 1.196.503,60 | 1.211.089,43 |
| Depósitos | 275.282,79 | 150.963,94 |
| Passivo Permanente | 1.453.996,40 | 1.188.548,16 |
| Ativo Real Líquido | 8.279.036,39 | 8.766.537,05 |
| Total do Passivo | 11.204.819,18 | 11.317.138,58 |

Diante do Balanço Patrimonial apresentado, verificou-se que o Município teve um acréscimo patrimonial na ordem de R\$ 487.500,66, o que consta da Demonstração das Variações Patrimoniais.

2 – Demonstração da Receita Arrecadada nos 3 Últimos Exercícios

| Discriminação | 2000 | 2001 | 2002 | % Evol. |
|----------------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------|
| Receitas Correntes | 8.136.103,81 | 9.210.824,57 | 11.659.350,92 | 26,58 % |
| Receita Tributária | 390.512,44 | 978.509,80 | 1.344.991,69 | 37,45 % |
| Receita de Contribuições | 326,81 | 1.873,65 | 0,00 | -100,00 % |
| Receita Patrimonial | 102.499,58 | 76.035,39 | 60.412,51 | -20,54 % |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 % |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 % |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 % |
| Transferências Correntes | 6.977.271,57 | 7.913.805,96 | 9.151.949,51 | 15,64 % |
| Outras Receitas Correntes | 265.493,41 | 240.599,77 | 1.101.997,47 | 358,02 % |
| Receitas de Capital | 21.188,72 | 26.288,74 | 50.000,00 | 90,19 % |
| Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 % |
| Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 % |
| Transferências de Capital | 21.188,72 | 26.788,74 | 50.000,00 | 90,19 % |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 % |
| Total Geral | 8.157.292,53 | 9.237.113,31 | 11.709.350,92 | 26,76 % |

Conforme demonstrado acima, verifica-se que a receita do Município para o exercício financeiro de 2002, teve uma evolução da ordem de 26,76 %, se comparada ao ano de 2001, mantendo a previsão constante do anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

3 – Análise da Despesa Realizada nos 3 Últimos Exercícios

| Discriminação | 2000 | 2001 | 2002 | % Evol. |
|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------|
| Despesas Correntes | 7.819.074,86 | 8.504.055,39 | 9.804.013,64 | 15,29 % |
| Despesas de Capital | 821.866,77 | 506.534,08 | 869.047,89 | 71,57 % |
| Total Geral | 8.640.901,57 | 9.010.589,47 | 10.673.061,53 | 18,45 % |

74
a

Pelo exposto acima verifica-se que a Remuneração dos Agentes Políticos do Poder Executivo, obedeceu a legislação aplicada a matéria.

11 – Publicação de relatórios da LRF

O Poder Executivo do Município, publicou o Relatório de Gestão Fiscal dentro dos prazos estabelecidos, e quanto aos relativos a Execução Orçamentária, foram publicados bimestralmente, conforme o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, no quadro de publicações oficiais da Prefeitura e ainda foram encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais através do SIACE LRF.

Os relatórios da Gestão Fiscal e da Execução Orçamentária foram também enviados à Secretaria do Tesouro Nacional através do preenchimento do SISTN da Caixa Econômica Federal, sendo que estes estão devidamente homologados.

12 – Licitações e Contratos

A Prefeitura Municipal de GUANHÃES, realizou todos os processos licitatórios e contratos para as despesas que assim necessitavam deste procedimento, em observância aos dispositivos da Lei Federal 8666/93.

13 - Metas da LDO

A seguir é demonstrado o comparativo entre as metas previstas na LDO em comparação com o efetivamente realizado no exercício:

RECEITA

| Metas da LDO | | Execução | | Resultado | |
|-------------------|----------------------|-----------|----------------------|-----------|---------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor | Superávit | Déficit |
| Corrente | 13.322.000,00 | Corrente | 11.659.350,92 | 0,00 | 1.662.649,08 |
| Capital | 2.207.300,00 | Capital | 50.000,00 | 0,00 | 2.157.300,00 |
| Rec. Retificadora | 0,00 | | -934.361,21 | 0,00 | 934.361,21 |
| TOTAIS | 15.529.300,00 | | 10.774.989,71 | | 4.754.310,29 |

DESPESA

| Metas da LDO | | Execução | | Resultado | |
|------------------|----------------------|------------------|----------------------|---------------------|--------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor | Superávit | Déficit |
| Corrente | 11.458.200,00 | Corrente | 9.804.013,64 | 1.654.186,36 | 0,00 |
| Capital | 3.063.800,00 | Capital | 869.047,89 | 0,00 | 2.194.752,11 |
| R. Contingênciia | 140.000,00 | R. Contingênciia | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAIS | 14.662.000,00 | | 10.673.061,53 | 3.988.938,47 | |

Conforme demonstrado acima, verifica-se que o Município atingiu as metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2002.

14 – Cumprimento do Plano Plurianual

Durante a execução do orçamento do Município para o exercício de 2002, foram acompanhadas as metas constantes do Plano Plurianual elaborado para o Quadriênio 2002/2005 aprovado pela Lei Municipal 1960/2001, sendo apurado o seguinte:

| Descrição | Previsão | Execução | % Atendido |
|----------------------------|----------|----------|------------|
| Despesa Caráter Continuado | | | |
| Investimentos | | | |
| Total | | | |

15 – Repasse para o Poder Legislativo

Analisado o valor dos repasses efetuados ao Poder Legislativo durante o exercício de 2002, chegou-se a seguinte conclusão:

Cálculo do Limite Legal

| Discriminação da Receita Base de Cálculo | Valor em 2001 |
|---|---------------------|
| - Receita Tributária | 978.509,80 |
| - Cota parte FPM | 3.582.657,09 |
| - Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF | 84.938,80 |
| - Cota do ITR | 16.094,51 |
| - ICMS Exportação Lei Complementar 87 | 0,00 |
| - ICMS do Estado | 1.604.810,75 |
| - IPVA | 347.886,82 |
| - IPI Exportação | 32.420,70 |
| - Multas S/Receita Tributária | 0,00 |
| - Dívida Ativa Tributária | 140.774,95 |
| Total | 6.788.093,42 |
| 8% do Valor Total da Receita Base | 543.047,47 |
| Total do Orçamento do Poder Legislativo p/2002 | 420.000,00 |
| Valor do Duodécimo | 35.000,00 |



Demonstração do Repasse Efetivamente Realizado

| Mês | Valor Repasse | Devolução | Repasso Efetivo |
|--------------|-------------------|-------------|-------------------|
| Janeiro | 35.000,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| Fevereiro | 35.000,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| Março | 70.000,00 | 0,00 | 70.000,00 |
| Abril | 35.000,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| Maio | 35.000,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| Junho | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Julho | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| Agosto | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| Setembro | 35.000,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| Outubro | 35.000,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| Novembro | 35.000,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| Dezembro | 105.000,00 | 0,00 | 105.000,00 |
| Total | 455.000,00 | 0,00 | 455.000,00 |

Diante do demonstrado acima, pode-se verificar que os repasses ao Poder Legislativo durante o exercício de 2002 obedeceram aos limites determinados pela Emenda Constitucional nº 25/2000.

16 – Inscrição de Restos a Pagar

A seguir é demonstrado a Inscrição de Restos a Pagar no Exercício de 2002, comparado com as disponibilidades financeiras.

| Discriminação | Valor |
|--|---------------------|
| Saldo em Disponibilidades | 368.868,29 |
| <input type="checkbox"/> Caixa | 0,00 |
| <input type="checkbox"/> Bancos | 368.868,29 |
| Valores Compromissados a Pagar em 31/12/2002 | 1.347.467,54 |
| <input type="checkbox"/> Restos a Pagar Exercícios Anteriores | 1.196.503,60 |
| <input type="checkbox"/> Depósitos | 150.963,94 |
| <input type="checkbox"/> Débitos de Tesouraria | 0,00 |
| <input type="checkbox"/> Outras Operações | 0,00 |
| Inscrição de Restos a Pagar em 31/12/2002 | 1.211.089,43 |
| Restos a Pagar Inscritos Sem Disponibilidades Financeiras | 842.221,14 |

No exercício de 2002, foram inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 842.221,14, sem a competente disponibilidade financeira, mas o que não é irregular, pois a proibição de inscrição de restos a pagar além das disponibilidades, só deverá ser verificada ao final do mandato, que ocorrerá em 31.12.2004.

17 – Receita Com Alienação de Ativos

Não foram realizadas receitas com a alienação de ativos do Município.

18 – Receita Com Operações de Crédito

A Prefeitura Municipal de GUANHÃES não realizou Operações de Crédito durante o exercício financeiro de 2002, nem mesmo Antecipação de Receita Orçamentária-ARO.

19 – Regime Previdenciário

O Regime previdenciário da Prefeitura Municipal de GUANHÃES, é o Regime Geral do INSS, o qual estão vinculados todos os Servidores e Agentes Políticos.

Ao final do exercício de 2002, foi verificado que a Prefeitura vem fazendo todos os recolhimentos ao INSS e também entrega regularmente a GFIP, tanto que está de posse da Certidão Negativa de Débito e a Certidão de Regularidade Previdenciária.

Também foi verificado que existe um parcelamento de dívidas junto ao INSS, o qual vem sendo pago regularmente, uma vez que é debitado automaticamente nas transferências do Fundo de Participação do Município.

20 – Controles Diversos

O Órgão de Controle Interno verificou a necessidade de implantação de vários controles no Município, sendo que algumas já foram implementadas e outras vêm sendo concluídas, como por exemplo:

- Controles Funcionais de Servidores;
- Controle de Almoxarifado;
- Controle de Diárias de Viagem;
- Controle de Frotas e etc.;

Conclusão

18
2

Mesmo com a carência de informações e treinamento do Órgão de Controle Interno, entendeu-se que o acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município, obedeceram as normas constantes da legislação em vigor.

Diante do Trabalho realizado e respeitado as limitações do pessoal envolvido, pode-se afirmar que o Controle Interno não verificou a existência de qualquer ato ilícito, o que não impede de ter ocorrido, somente não foi do conhecimento deste Órgão.

É o que tinha a relatar. S.m.j

Prefeitura Municipal de GUANHÃES, 15 de março de 2003

Órgão de Controle Interno
Sr. (a) Regina Lúcia Pires Reis e Reis
C.P.F. nº 472.981.546-72